

## **Transfeminismo das transmasculinidades: Diálogos sobre direitos sexuais e reprodutivos de homens trans brasileiros**

Leonardo Morjan Britto Peçanha<sup>1</sup>  
Jaqueline Gomes de Jesus<sup>2</sup>  
Anne Alencar Monteiro<sup>3</sup>

**Resumo:** O propósito deste ensaio é o de oferecer análises críticas, a partir da perspectiva transfeminista, a usos do feminismo que marginalizem e violentem vivências e experiências transmasculinas a partir de biologização ou genitalização de seus corpos decorrentes de concepções sexistas, tomando-se o transfeminismo como uma abordagem que pode ser aplicada às transmasculinidades. Ao longo do texto, serão apresentadas reflexões sobre a agenda de luta política que envolve esse movimento, tais como a gestação paterna, a violência obstétrica, a autonomia reprodutiva, o estupro, o aborto e o debate em torno da utilização, por exemplo, do termo “pessoas que menstruam” no lugar ou ao lado de “mulheres que menstruam”, entre outros tópicos relevantes. Construimos nossas críticas e argumentamos a favor do direito sexual e reprodutivo de homens trans e pessoas transmasculinas, para isso nos inspiramos em teóricos e teóricas trans, nas narrativas de homens trans que vivenciaram a gestação, bem como em nossas próprias experiências como pesquisadores, pesquisadoras e ativistas.

**Palavras-chave:** Transfeminismo. Transmasculinidades. Direitos sexuais e reprodutivos.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Saúde Coletiva (IFF/FIOCRUZ). Mestre em Ciências da Atividade Física (UNIVERSO), especialista em Gênero e Sexualidade (IMS/UERJ) e Licenciado e Bacharel em Educação Física (UNISUAM). Pesquisador no ODARA - Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Cultura, Identidade e Diversidade (IFRJ/CNPq) e no GENSEX - Núcleo de estudos sobre gênero, sexualidade e saúde, da Fundação Oswaldo Cruz (IFF/FIOCRUZ/CNPq). Email: contato@leonardombpecanha.pro.br

<sup>2</sup> Doutora em Psicologia Social do Trabalho e das Organizações (UnB), com Pós-Doutorado pela Escola Superior de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV). Professora de Psicologia do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) e Pesquisadora-Líder do ODARA - Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Cultura, Identidade e Diversidade (IFRJ/CNPq). Email: jaqueline.jesus@ifrj.edu.br.

<sup>3</sup> Doutoranda e mestre em Antropologia, licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Especialista em gênero, diversidade e direitos humanos pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Email: alencar.anne@gmail.com

Em meados do ano de 2014, aqui no Brasil, alguns homens trans e transmasculines começaram um diálogo que em 2015 originou no grupo do Facebook intitulado: “Construindo o Transfeminismo das Transmasculinidades”, conforme registrado em Jesus (2018):

“...temos um grupo chamado “construindo o Transfeminismo para as transmasculinidades”, é sempre um debate muito difícil porque, além de falar sobre o machismo que sofremos, também precisamos, de forma muito sincera e honesta, pensar sobre o machismo que reproduzimos, muitas vezes também resultante de um processo violento de opressão, mas que precisa ser desconstruído através do empoderamento” (p. 18).

Nesse grupo era discutido, entre vários temas, o lugar que os homens trans e pessoas transmasculinas poderiam ocupar no transfeminismo e como, epistemologicamente, as transmasculinidades poderiam demandar o reconhecimento de suas particularidades no campo social e político. Nomes como Benjamim Neves, Marcelo Caetano, Leonardo Peçanha, Bernardo Mota, dentre outros, fizeram e ainda fazem parte do grupo, que segue inativo como a maioria dos grupos de Facebook criados no início da década do ano de 2010, não fomentando mais discussões, entretanto contando ainda hoje com 27 pessoas, o que também pode ser creditado à migração de uso e interações para outras redes sociais mais ativas, e por diversos outros motivos.

Apesar de um interregno de silêncio sobre o tema, o debate sobre o protagonismo transmasculino no que tange ao pensamento-ação transfeminista vem sendo retomado e crescendo, mesmo que tenha desagradado algumas pessoas e sido rejeitado por outras, em um movimento que teve início em espaços virtuais como o Instagram, o Médiun, entre outros, configurando-se em diferentes ações e produções textuais, como artigos, que expressam os pensamentos e atitudes de homens trans e pessoas transmasculinas os quais, ao longo de anos, vêm viabilizando o que pode ser enunciado como uma agenda transfeminista das transmasculinidades no Brasil.

Contudo, podemos perceber que existe uma não aceitação por parte de alguns homens trans e transmasculines da agenda transfeminista transmasculina. Há os que acreditam que feminismo é apenas para mulheres, e que o transfeminismo deveria ser apenas para mulheres trans e travestis. Isso é algo que compreendemos quando considerado de uma perspectiva individual, já que cada pessoa enuncia a sua identidade, e com ela lida, de formas próprias, logo cada qual entenderá sua transmasculinidade de forma diferente.

O que nos propomos aqui é refletir sobre a perspectiva desse sujeito coletivo, formado pelas transmasculinidades poder-se colocar enquanto transfeminista, e com isso, em nosso entendimento, potencializar seus lugares no mundo sob uma ótica que contribui, inclusive, para repensar as masculinidades. Por isso, o que compreendemos como de maior relevância é a prática social, mais do que a intitulação. Pois, embora não haja uma nomeação, muitas dessas pautas sociais e políticas dialogam com a agenda transfeminista que pode ser voltada para os homens trans, mesmo que sem essa preocupação.

Dentre as propostas de ação do I Encontro Nacional de Homens Trans, que aconteceu em São Paulo, em 2015, organizado pelo Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT), um núcleo sobre transfeminismo deveria ser criado, mas pouco foi realizado e visibilizado. Porém, a forma como homens trans e pessoas transmasculinas têm debatido certos temas, tem sido primordial para uma agenda transfeminista brasileira na perspectiva transmasculina. Não existe algo consolidado especificamente no sentido de iniciativas orgânicas, mas existe sim, movimentações, há alguns anos, que apontam para uma agenda que explicita especificidades.

Temas como gestação paterna<sup>4</sup>, interseccionalidade, aborto transmasculino, paternidade trans, saúde obstétrica transmasculina, legalização do aborto, dentre outros são algumas pautas, mas não as únicas, que podemos considerar que compõe a agenda

---

<sup>4</sup> *Gestação onde o homem trans ou pessoa transmasculina vem a engravidar.*

que fazem parte das discussões sobre transfeminismo das transmasculinidades. Interessante perceber que homens trans e pessoas transmasculinas podem estar no transfeminismo, se assim quiserem, para ajudar na construção de uma agenda política brasileira que demande e visibilize as especificidades das transmasculinidades no Brasil. Reconhecendo-se um lugar de masculinidade que é vivido apenas pelas transmasculinidades.

Onde, deixar de ser objeto para ser ameaça, perpassa pela transmasculinidade negra (PEÇANHA; 2015, 2021), compreender a interseccionalidade como determinante para perceber nossas diferenças e considerar um aspecto importante de nossos desafios, mas que não pode ser encarado como empecilho para que se possa construir uma agenda com equidade (SANTANA; 2019, 2021). Algumas poucas produções, mas de extrema relevância podem ser consideradas para estar neste debate, como por exemplo, o cuidado com a saúde transmasculina, a hospitalidade e o envelhecimento transmasculino (ALMEIDA; 2015, 2020); os direitos sexuais e reprodutivos de homens trans, transmasculines e boycetas (VICENTE; 2020). O debate sobre pessoas trans e homens trans especificamente no esporte (CAMARGO, 2020). O incômodo em não poder se entender enquanto um transfeminista como no ensaio de Cauê de Assis (MOURA, 2021).

Logo, vemos o transfeminismo como plural, com “s” - transfeminismos. Sendo assim, podemos considerar termos como “afrotransfeminismos”, cunhado por Maria Clara Araújo (2018)<sup>5</sup>, “Transfeminismo Negro”, debatido por autoras como Alessandra Ramos Makkeda (2017)<sup>6</sup> e Dora Silva Santana (2016)<sup>7</sup>. Demais produções estão em livros como o pioneiro “Transfeminismo: Teorias e Práticas”, organizado por Jaqueline Gomes de Jesus , no qual consta o capítulo “Os homens transexuais brasileiros, e o

---

<sup>5</sup> Link do artigo: <https://almapreta.com.br/sessao/quilombo/afrotransfeminismo-e-a-necessidade-de-quilombos-de-afeto-para-travestis-negras-brasileiras>

<sup>6</sup> Link para o texto: <https://transfeminismo.com/todas-as-pessoas-trans-sao-necessarias/>

<sup>7</sup> Link do texto: <https://blogueirasnegras.org/quao-trans-e-o-trans-atlantico-negro/>

discurso pela (des)patologização da transexualidade”, escrito por André Guerreiro (2014). Além de Hailey Kaas, Beatriz Pagliarini Bagagli e Viviane Vergueiro, autoras e organizadoras do site transfeminismo<sup>8</sup> e de diversos artigos acerca do tema. Não podemos esquecer de Aline Freitas que foi uma das pioneiras no Brasil a falar sobre. Vale citar ainda Leila Dumaresq (2014) que, com o ensaio “O cisgênero existe” no site Transliteração<sup>9</sup>, teve bastante repercussão, apresentou uma resposta ao ensaio de uma professora feminista cisgênera antropóloga que nega a existência da cisgeneridade

Recentemente o livro “Transfeminismo” foi lançado pela Letícia Nascimento (2021), tendo relevante repercussão no debate público; e seguem surgindo diferentes artigos, publicados em periódicos científicos, que contribuem para a visibilidade e protagonismo do debate transfeminista no Brasil. Todas essas pessoas autoras falam de diversos lugares e apontam diferentes maneiras do pensamento crítico transfeminista brasileiro.

Com esse resgate podemos observar como o debate transfeminista, é visibilizado e fomentado por diversas pessoas trans, porém é mais conhecido pelo discurso de travestis e mulheres transexuais. Esse é um ponto que acreditamos que devido o movimento de homens e trans e pessoas transmasculinas terem o tempo político, público e orgânico diferente do delas, ou seja, mais recente (PEÇANHA, NEVES; 2021) as movimentações sobre a agenda transfeminista das transmasculinidades esteja ainda sendo construída de forma política orgânica. Logo, o debate público sobre a agenda no contexto transfeminista das transmasculinidades no Brasil, está sendo construído juntamente com a visibilidade pública da identidade transmasculina brasileira. O debate vem se consolidando conforme as demandas específicas das transmasculinidades vem ganhando visibilidade. Devido ao movimento político orgânico de homens trans e transmasculinos no Brasil, a agenda política vem

---

<sup>8</sup> Link para o site: <https://transfeminismo.com/>

<sup>9</sup> Link para o texto: <https://we.riseup.net/assets/262468/cisgenero.pdf>

sendo visibilizada e ações têm sido tomadas mediante as denúncias de transfobia e cissexismo.

Assim, o objetivo principal desse ensaio é tecer críticas ao feminismo que exclui e violenta as transmasculinidades e para isso utilizamos a perspectiva do transfeminismo das transmasculinidades. Assim, nas próximas páginas serão apresentadas reflexões acerca das principais pautas que compõe essa agenda de luta, como por exemplo, a gestação paterna, a violência obstétrica, a autonomia reprodutiva, o estupro, o aborto, o debate acerca do termo “pessoas que menstruam”, dentre outros. Fazemos isso à luz de teóricos e teóricas trans, das narrativas de homens trans que passaram pela experiência da gestação<sup>10</sup> e das nossas próprias vivências enquanto pesquisador, pesquisadoras e ativistas.

### **Reflexões sobre a agenda transmasculina transfeminista brasileira**

Entendemos que o Transfeminismo das Transmasculinidades é dentre outras, uma das perspectivas dentro do Transfeminismo. Essa específica, direcionada às demandas, implicações, agendas, percepções e experiências da vivência das transmasculinidades. Sendo assim, é uma epistemologia centrada no panorama transmasculino em relação a direitos civis e cidadania, saúde de homens trans e transmasculinos no geral, direitos sexuais e reprodutivos de homens trans e transmasculinos além de demandas que dizem respeito a violência que as

---

<sup>10</sup> As narrativas aqui apresentadas compõem os resultados da pesquisa de mestrado realizada por Monteiro (2018). Nesta pesquisa anterior foi analisada as dinâmicas de parentesco que envolvem as transformações corporais, a sexualidade e a reprodução para homens trans que passaram pela experiência da gestação. Este estudo é de caráter etnográfico e para desenvolver o trabalho de campo foi utilizado três estratégias metodológicas: a realização de entrevistas em profundidade e semiestruturadas com oito homens trans de diferentes regiões do Brasil; observação participante em espaços de convivência dos homens trans na cidade de Salvador/Bahia; exploração de sites e mídias sociais on-line. Todo esse processo durou cerca de um ano e meio e ocorreu entre os meses de setembro de 2016 e abril de 2018.

transmasculinidades podem passar, as lacunas e não lugares e as discussões sociais sobre relacionamentos que envolvem homens trans e transmasculinos.

Muitos homens trans e transmasculinos têm cada vez mais se colocado publicamente enquanto pais biológicos e fomentado discussões sobre paternidade transmasculina, gestação paterna e direitos sexuais e reprodutivos para homens trans e pessoas transmasculinas. Podemos encontrar, por exemplo, vários perfis e páginas no Instagram de casais transcêntricos ou de homens trans e pessoas transmasculinas que gestaram. Esse conteúdo online visa, dentre outras coisas, conscientizar e demonstrar para a população a importância e a existência de famílias trans e que é possível as transmasculinidades concretizarem seus projetos parentais através da gravidez, se assim desejarem. Desse modo, o ambiente virtual funciona como um lugar em que múltiplas pedagogias trans são compartilhadas (MONTEIRO, 2017; CAMPBELL, 2017).

Além do espaço online, homens trans e pessoas transmasculinas têm se mobilizado coletivamente de diferentes formas para discutirem a autonomia sobre seus corpos. Um exemplo disso foi a realização, em 2016, de uma oficina intitulada “Oficina de Ginecologia Natural Transmasculina” que ocorreu durante o evento em comemoração à Semana da Visibilidade Trans organizado pelo coletivo trans ativistas “De Trans pra Frente” que atua na cidade de Salvador/Bahia. Essa atividade foi ministrada por Samuel<sup>11</sup>, homem trans, e foi preparada exclusivamente para homens trans e pessoas transmasculinas sendo vetada a participação de pessoas cisgêneras. Ao montar essa atividade Samuel teve dificuldade em achar esse tipo de conteúdo voltado para as transmasculinidades, assim ele diz:

E quando vamos procurar esse tipo de conteúdo só achamos coisas do tipo: “coisas de mulher”, “bolsa de mulher”, “clube da Lulu” ou somente médicos falando. Acabei assistindo alguns documentários também, mas todo o recorte é para um corpo cis de mulher. E esses discursos ficam parecendo que quem só menstrua, engravida é mulher. Discutimos a importância de utilizar isso para produzir outros discursos com a marca dos nossos corpos. [...] Tive dificuldades em encontrar linguagem masculina sobre o assunto, a imensa

---

<sup>11</sup> Por questões éticas e de segurança os nomes aqui citados são fictícios.

maioria é voltada para um corpo de mulheres cis. Tivemos que reescrever os textos, adaptar.

A autonomia corporal de homens trans e transmasculines tem sido feita de forma orgânica e não é tão recente, como algumas pessoas possam supor. As questões relativas à obstetrícia e ginecologia têm sido pautadas de diferentes formas em que homens trans e pessoas transmasculinas enfrentam a invisibilidade sobre seus corpos e suas identidades na busca por informações e (auto)cuidados.

No que diz respeito a gestação, discutido como o processo de adequação de gênero instituído pela portaria do processo transexualizador do Sistema Único de Saúde (SUS), ainda é pensado de forma cisheteronormativa, quase como uma castração química, em que não é levado em consideração a possibilidade de mães e pais trans biológicos. Isso está enraizado em um imaginário social baseado numa suposta heterossexualidade compulsória, nos moldes cisgênero, das pessoas trans/travestis, o que não reflete a realidade. Existem diversas sexualidades e maneiras de vivenciar as práticas sexuais que fogem dessa lógica normativa. A possibilidade de guardar gametas para, futuramente, gerar filhos/as ainda não é cogitada pelo sistema de saúde brasileiro (VICENTE, 2020).

Somado a esse cenário, há várias barreiras que impedem que pessoas trans e travestis acessem as tecnologias de reprodução assistida, seja no âmbito da saúde pública ou privada. Uma das principais barreiras está no fato de que as tecnologias biomédicas de reprodução foram inicialmente desenvolvidas para atender as demandas de casais inférteis, especificamente no ambiente clínico de casais cisgêneros e heterossexuais. Além disso, o acesso dessa população à reprodução assistida em clínicas enfrenta outros obstáculos, como por exemplo, os altos custos dos procedimentos particulares; a pouca oferta no sistema de saúde pública; e a presença de um ambiente médico e clínico cisheterocentrado.

Embora haja diversos obstáculos, homens trans e pessoas transmasculinas buscam e lutam por sua autonomia reprodutiva, demonstrando através de suas vivências que gestar, parir e amamentar não são exclusividades de mulheres cisgêneras. Isso fica evidente na própria experiência de homens trans que engravidaram. Ao narrarem sobre esse processo a masculinidade não está desassociada ao fato de serem pais e ter dado à luz a seus filhos e filhas. Esse é o caso, por exemplo, de Marcelo, um homem trans negro de 43 anos, que mora em Salvador e que possui um filho de 16 anos. Embora Marcelo tenha engravidado antes da transição de gênero, sua gestação é narrada por ele como parte da sua própria experiência masculina que perpassa pelo seu desejo de ser pai e de ter um filho. Diante da barreira financeira e social que o impedia de pagar por uma inseminação em uma clínica privada, Marcelo recorreu à ajuda de seu amigo, um homem cisgênero, para concretizar seu projeto parental:

Eu sempre tive o desejo de ter filho [...] aí eu disse que já estava na hora, porque depois a gente fica velho e o risco de gerar uma criança é maior. [...] E cheguei e falei [para ex-esposa]: poxa vamos ter um filho. Só que ela não queria engravidar e eu não via problema nenhum em ter um filho. [...] E na época que engravidei [...] eu dizia que não tem problema nenhum a gente gerar um filho se a gente pode. Se eu tivesse dinheiro a gente faria inseminação, como eu não tenho e nem ela tinha, a gente foi fazer pelo meio natural e isso aí eu não vejo problema nenhum. E a minha ex dizia que não queria [engravidar]. Mas eu quero. Eu perguntei a ela se ela ia achar uma traição da minha parte ou falta de amor. Ela disse que não. Porque a gente só tinha duas situações para eu gerar um filho: inseminação ou natural.

Assim, assegurar a autonomia reprodutiva de homens trans e pessoas transmasculinas é permitir que essas pessoas possam ter seu projeto parental garantido. No caso citado, Marcelo não contou com o estado brasileiro para garantir seu direito reprodutivo, ele precisou recorrer a uma situação de risco, pois legalmente não tinha garantia de que seu amigo fosse realmente abrir mão da paternidade de seu filho e que o próprio Marcelo, enquanto homem trans, fosse reconhecido como pai da criança.

Além disso, o direito reprodutivo de homens trans e pessoas transmasculinas perpassa pela luta à autonomia sobre seus próprios corpos. Vitor, um homem trans de 45 anos, que mora em São Paulo, pai e avô, ao narrar sobre a forma como lida com a sua gravidez e a sua masculinidade reforça a garantia desse direito:

[...] eu sempre lutei pelos direitos reprodutivos e sexuais dos homens trans [...]. Na minha masculinidade isso [o fato de ter gestado] não muda em nada e até acho que posso usar a frase seguinte: somos os homens do futuro, os homens trans [...] vivem sua sexualidade tranquilamente e podem engravidar [...] nós temos o direito de termos nossa sexualidade, de se quisermos ter filhos, do modo tradicional ou não, por fertilização. O direito sexual e reprodutivo que eu defendo é esse: a liberdade do meu corpo, o corpo é meu, minha regra, eu faço com ele o que eu quiser.

Assim, a autonomia corporal e reprodutiva é uma demanda urgente para os homens trans e pessoas transmasculinas que tem sistematicamente seus direitos negados. Essa negação, reflete, sobretudo, na saúde física e mental, uma vez que, homens trans que gestam podem recorrer ao suicídio após serem submetidos a um pré-natal precário, tendo que lidar com a ausência de políticas públicas e a violência institucional. A violência obstétrica, que se caracteriza pela violência física ou psicológica praticada por profissionais de saúde contra gestantes durante o período da gravidez e do parto, estende-se também aos homens trans e pessoas transmasculinas. Nesse caso, a violência obstétrica ganha contornos específicos, pois é atravessada pela transfobia, além de outras formas de violência como o racismo por exemplo. Atitudes como o não respeito ao nome social, trocar os pronomes, chamar a pessoa gestante e puérpera de mãe, mesmo ela apontando seu desejo de ser denominada de outra forma, como pai, são exemplos de como violência obstétrica incide sobre as transmasculinidades.

Outro aspecto que atravessa as vivências e experiências de homens trans e pessoas transmasculinas é o acesso ao aborto legal de forma eficaz e segura. Homens trans podem ser vítimas de violência sexual, como o estupro corretivo. O estupro

corretivo caracteriza-se como a violência que visa “corrigir” a sexualidade ou a identidade de gênero da vítima. O agressor pune a vítima por se opor a cisheteronormatividade. Através do sexo forçado ele busca “concertar” a conduta da pessoa que é considerada desviante. Homens trans e transmasculines podem ser vítimas dessa violência, uma vez que ao construírem suas masculinidades em um corpo que pode ser visto socialmente como feminino, estão sujeitos a serem estuprados para que “concentem” sua identidade de gênero e voltem a ser “mulheres de verdade”. Assim, o acesso ao aborto legal como vítimas de violência sexual é imprescindível a essa população, uma vez que as transmasculinidades são alvos constantes da violência sexual e de gênero.

Além das questões citadas, a menstruação emerge como uma das principais questões pautadas pelo transfeminismo das transmasculinidades. Essa questão envolve um recente debate discursivo acerca da utilização do termo “pessoas que menstruam”. Esse termo tem criado certo incômodo em algumas feministas e mulheres cisgêneras que se incomodam com a utilização da palavra “pessoa” no lugar de mulher. Visões cissexistas<sup>12</sup> tendem a invisibilizar a pluralidade das pessoas trans, por isso o uso de termos como “pessoas que menstruam” busca enfrentar o perigo da história única de apagamento de homens trans, pessoas transmasculinas, não-binárias e intersexo que menstruam, em seus direitos sexuais e reprodutivos. Não nos prenderemos à natureza desse incômodo, relacionado a concepções biologicistas acerca da condição das mulheres cujos aspectos mais reducionistas, como bem sabemos, repudiamos. Nossa proposta é destrinchar, da forma mais concisa possível, os meandros do termo criticado, destacando desde já um ponto fundamental: homens menstruam e podem engravidar.

Jamais se pretendeu, com palavras, excluir mulheres que menstruam e/ou gestam, ou reduzir a cisgeneridade a características biológicas, mas, sim, pontuar que

---

<sup>12</sup> Sexistas e orientadas pelas normas da cisgeneridade – condição de quem se identifica com o gênero que lhe foi atribuído ao nascer

também concerne aos corpos transmasculinos temas como gestação, aborto, estupro, saúde menstrual, o que evidencia o caráter ético no uso dessas expressões (JESUS; PEÇANHA, 2022). Como aponta Vicente (2020):

[...] pensar nos direitos sexuais e reprodutivos de homens trans, boycetas e não-binários afab é urgente não só pelas mudanças de paradigmas e epistemes provocadas, mas pela necessidade de acesso a esses direitos humanos, debate que produz novas tensões para o e a partir do transfeminismo (VICENTE, 2020, p. 1294).

O Transfeminismo, linha de pensamento e ação feminista protagonizada por todas as pessoas trans, também abarca as masculinidades trans, que têm muito a ensinar aos modelos tóxicos de masculinidade que falsamente se colocam como os únicos possíveis para os homens. Mais do que um mero embate de palavras, este debate se refere à autonomia dos homens trans, pessoas transmasculinas, não-binárias e intersexo que menstruam sobre os seus próprios corpos, tendo impacto concreto no seu acesso a políticas de saúde pública e privada e até mesmo o direito à vida, o que, esperamos, evidencie na cena pública a relevância desse debate, que impacta corpos para além/aquém dos cisgêneros. Os homens cis não são os únicos homens, como as mulheres cis não resumem a complexidade das feminilidades, aliás, pessoa alguma pode ser restringida a funções de seu organismo. As demandas da população trans precisam vir à tona quando feministas pautam, por exemplo, direitos sexuais e reprodutivos, senão recairemos na arcaica “universalização” da categoria “mulher” como cisgênera, e de menstruação e gestação como características unicamente “de mulheres”, o que legitima discursos de ódio.

Desconsiderar a saúde de pessoas trans e intersexo prejudica toda a sociedade. O não entendimento da corporeidade transmasculina prejudica a assistência integral e a tomada de procedimentos corretos e providências legais em saúde ante a situações de risco (ANGONESE; LAGO, 2018). A invisibilização social histórica de homens trans,

peças transmasculinas, não-binárias e intersexo que menstruam impacta particularmente na forma como estes podem acessar certos protocolos e atendimentos em saúde, até mesmo no trato com profissionais de saúde para os quais certas práticas são experiências cotidianas (PEÇANHA; LIMA, 2020). É papel da intelectualidade que se preocupa com os Direitos Humanos adotar um lugar de escuta para com “o outro lado”, que apesar do silenciamento sistêmico, fala, escreve e pesquisa há tempos, só não é reconhecido. Seguiremos apontando transfobia e cissexismo, inclusive de pessoas aliadas, mas também recomendamos que leiam pessoas trans/travestis, sobretudo homens trans, transmasculinos e intersexo, para entenderem suas reflexões e propostas.

## Referências

- ANGONESE, Mônica; LAGO, Mara Coelho de. Souza. Família e experiências de parentalidades trans. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v.52, 2018. DOI:10.5007/2178-4582.2018.57007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/2178-4582.2018.e57007> Acesso em: 02 fev 2019;
- CAMPBELL, Baird. **Learning to be Trans on YouTube**. 2017. Disponível em: <<http://blog.castac.org/2017/02/trans-on-youtube/>>. Acesso em: 12 mar. 2023;
- CAMARGO, Eric Seger de. **Pessoas trans no esporte? Os jogos da cisnormatividade**. 2020. Dissertação de Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Educação - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/218439>>. Acesso: dez de 2020;
- GUERREIRO, André. Os homens transexuais brasileiros, e o discurso pela (des)patologização da transexualidade. In: JESUS, Jaqueline Gomes. (Org.), **Transfeminismo: teorias e práticas** (pp. 87-106). Rio de Janeiro: Metanoia Editora, 2014;
- JESUS, Jaqueline Gomes. Feminismos contemporâneos e Interseccionalidade 2.0: uma contextualização a partir do pensamento transfeminista. **REBEH**, v. 1 n. 1, pp. 5-24, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.31560/2595-3206.2018.1.9064>. Acesso em: 20 jun. 2023;
- JESUS, Jaqueline Gomes de ; PEÇANHA, Leonardo Morjan Britto . Termo 'pessoas que menstruam' busca enfrentar apagamento de homens trans - Jamais se pretendeu excluir mulheres que menstruam e gestam ou reduzir a cisgeneridade a características biológicas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 07 dez. 2022;
- JESUS, Jaqueline Gomes. (Org.), **Transfeminismo: teorias e práticas**. Rio de Janeiro: Metanoia Editora, 2014;
- MONTEIRO, Anne Alencar. **Homens que engravidam: um estudo etnográfico sobre parentalidades trans e reprodução**. 2018. 137 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Antropologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=6714395](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6714395). Acesso em: 12 mar. 2023;.
- MONTEIRO, Anne Alencar. **Pedagogias trans\* no ciberespaço: o uso das mídias sociais como ferramenta metodológica na pesquisa de campo**. Anais V ENLAÇANDO... Campina Grande: Realize

- Editora, 2017. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/30703>. Acesso em: 12 mar. 2023;
- MOURA, Cauê Assis de. E NÃO POSSO SER EU UM TRANSFEMINISTA? **Revista Estudos Transviades**. V.2 N.4. pag:112-116. 2021. Disponível em: <https://revistaestudostransviades.wordpress.com/2021/12/08/revista-estudos-transviades-v-2-n-4-2021-2/> Acesso em: 20 jul de 2021;
- NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021;
- NEVES, Benjamim Braga de Almeida. **Hospitalidade transmasculina e envelhecimento: Redes de conversações na/com a saúde e a educação**. 2020. Tese de Doutorado em Educação - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2020.
- NEVES, Benjamim Braga de Almeida. **Transmasculinidades e o Cuidado em Saúde: Desafios e Impasses Por Vidas Não-Fascistas**. 2015. Dissertação de Mestrado em Clínica Médica - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.
- PEÇANHA, Leonardo Morjan Britto. **Visibilidade trans para quem? Parte II – Um olhar transmasculino negro**. Disponível em: <<http://negrosblogueiros.com.br/leonardombpecanha/2018/visibilidade-trans-pra-quem-parte-ii-um-olhar-transmasculino-negro/>>. Acesso em: 27/03/2018;
- PEÇANHA, Leonardo Morjan Britto. Ensaio sobre transmasculinidades negras: desafios e inquietações. In: SANTANA, Bruno; PEÇANHA, Leonardo Morjan Britto; GONÇALVES, Vércio Conceição (Orgs). **Transmasculinidades Negras – Narrativas Plurais em Primeira Pessoa**. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial. 2021. p. 133-140;
- PEÇANHA, Leonardo; LIMA, Patrick. Guinadas Narrativas. **História do movimento transmasculino no Brasil**. Sesc 24 de Maio. Youtube. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=MwcmIw\\_ymPo](https://www.youtube.com/watch?v=MwcmIw_ymPo)>. Acesso em: 08/09/2021;
- PEÇANHA, Leonardo; LUCON, Neto. Homem trans negro, Leonardo Peçanha diz: “Deixei de ser objeto para ser ameaça”. Entrevista com Leonardo Peçanha. **Portal Geledés**. 2015. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/homem-trans-negro-leonardo-pecanha-diz-deixei-de-ser-objeto-para-ser-ameaca/>>. Acesso: 14/01/2016;
- PEÇANHA, Leonardo Morjan Britto; NEVES, Benjamim Braga de Almeida. **Memórias transmasculinas: das reflexões nacionais ao movimento de homens trans carioca**. Anais V Desfazendo Gênero... Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/79228>>. Acesso em: 20/06/2023
- SANTANA, Bruno. Pensando as transmasculinidades negras. In: RESTIER, Henrique; SOUZA, Rolf Malungo (Orgs.). **Diálogos contemporâneos sobre homens negros e masculinidades**. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2019, p. 95-104;
- SANTANA, Bruno Silva de. A emergência do movimento transmasculino negro no Brasil: diálogos sobre racismo, transfobia e invisibilidade. In: SANTANA, Bruno; PEÇANHA, Leonardo Morjan Britto; GONÇALVES, Vércio Conceição (Orgs). **Transmasculinidades Negras – Narrativas Plurais em Primeira Pessoa**. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial. 2021. p. 149-160;
- VICENTE, Guilherme Vicente. **Direitos sexuais e reprodutivos de homens trans, boycetas e não-binários: uma luta por reconhecimento e redistribuição de saúde pública no Brasil**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Administração Pública. Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <https://afrodite.paginas.ufsc.br/files/2020/08/2020-Direitos-sexuais-e-reprodutivos-de-homens-trans-boycetas-e-n%C3%A3o-bin%C3%A1ries-uma-luta-por-reconhecimento-e-redistribui%C3%A7%C3%A3o-de-sa%C3%BAde-p%C3%BAblica-no-Brasil.pdf> 25 mar 2021.

**Transfeminism of transmasculinities: Dialogues on sexual and reproductive rights of Brazilian trans men**

**Abstract:** The purpose of this essay is to offer criticisms of feminism that marginalizes and violates transmasculine experiences. For this, the approach of transfeminism applied to transmasculinities will be taken as a basis. Throughout the text, reflections will be presented on the political struggle agenda that involves this movement, such as paternal gestation, obstetric violence, reproductive autonomy, rape, abortion and the debate around the use of the term "people who menstruate" instead of or alongside "women who menstruate", among other relevant topics. We build our criticisms and argue in favor of the sexual and reproductive rights of trans men and transmasculine people, for this we are inspired by trans theorists, in the narratives of trans men who have experienced pregnancy, as well as in our own experiences as researchers and researchers. activists.

**Keywords:** Transfeminism. Transmasculinities. Sexual and reproductive rights.

**Recebido: 22/04/2023**

**Aceito: 21/06/2023**